

# Garimpeiros serão julgados na Venezuela

Ministro Rezek tenta alterar clima hostil que marca o episódio da invasão da fronteira

PAMELA NUNES

CARACAS — O destino dos nove garimpeiros presos há duas semanas por uma patrulha militar em território venezuelano está nas mãos da Justiça deste país. O ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, disse ontem em Caracas — onde veio participar da reunião de chanceleres do Grupo do Rio — que o governo da Venezuela está apenas exercendo sua jurisdição, "o que é legalmente irrepreensível". Rezek procurou amenizar o clima hostil ao Brasil criado pelo incidente de fronteira afirmando que o garimpo é uma atividade tipicamente privada que sempre incomodou o governo brasileiro e agora está incomodando o governo venezuelano. "É uma atividade que os dois países querem ver abolida", afirmou.

O destaque dado pela imprensa venezuelana ao incidente fronteiriço desencadeou uma eficiente ação diplomática nos bastidores do Grupo do Rio na tentativa de evitar qualquer constrangimento para o presidente Fernando Collor. Mas o sucesso da missão que resultou no reconhecimento brasileiro de que os garimpeiros realmente foram presos em território venezuelano não foi completo por um detalhe: os brasileiros continuam presos. O primeiro-secretário da presidência da Venezuela, Armando Du



Rezek acredita na boa-fé dos invasores: "Fronteira misteriosa"

ran, afirmou que eles estão detidos em uma unidade do Exército e serão submetidos a julgamento militar. A situação foi agravada depois que uma comissão binacional confirmou a existência de uma pista de pouso clandestina construída em jurisdição venezuelana.

Rezek admitiu que encontrou em Caracas um clima que poderia caracterizar um eventual conflito entre Brasil

e Venezuela, mas lembrou que desde o início do incidente os dois países vêm pensando e agindo com harmonia. O chanceler atribuiu o alarde provocado pelo episódio à pressão parlamentar que o governo venezuelano vem sofrendo. "Mas fui informado de que nestes últimos dias o presidente Carlos Andrés Pérez fez declarações de que em nenhum momento faltou entendimento", comentou.

## BOA-FÉ

O ministro das Relações Exteriores reafirmou a convicção do governo brasileiro de que os garimpeiros entraram em território venezuelano com a mais absoluta boa-fé. "É uma fronteira tão misteriosa, com uma vegetação tão densa, que não é difícil acreditar que eles tenham se confundido", declarou. Segundo o ministro, mesmo as autoridades dos dois países têm dificuldade para saber onde está a linha limite. Por isso, para evitar incidentes semelhantes, Brasil e Venezuela estão acelerando a demarcação definitiva de suas fronteiras.

No ano passado, cerca de 3 mil garimpeiros brasileiros foram desalojados por autoridades venezuelanas por terem atravessado a fronteira dos dois países. Os venezuelanos acusam os garimpeiros de devastar suas florestas e explorar ouro ilegalmente. O Brasil prometeu reflorestar a região danificada e se comprometeu a tomar medidas para evitar que garimpeiros brasileiros voltem a entrar na Venezuela.

O chanceler venezuelano Reinaldo Figueredo Planchart admitiu que seu governo reconhece os esforços do Brasil para combater a ação devastadora dos garimpos clandestinos. Ele declarou que existe "convergência e disposição por parte dos dois governos para a solução do problema". Figueredo, que preside a delegação venezuelana na comissão mista que vai tratar a questão, anunciou uma nova reunião no dia 12 de novembro, em Brasília, onde se tentará estabelecer um sistema de verificação e controle permanente das atividades dos garimpeiros.

## Militar quer destruir pistas em Boa Vista

BOA VISTA — Militares participantes da Operação Ianomâmi Selva Livre, que reiniciou na quarta-feira a destruição das pistas de pouso clandestinas na reserva ianomâmi, estão convencidos de que não adianta agir só dentro da reserva para evitar o afluxo de garimpeiros. Segundo eles, a operação pode resultar em fracasso se o governo não destruir também as pistas de pouso localizadas na periferia de Boa Vista. Estas pistas garantem o trânsito de aviões com suprimentos e equipamentos para os quase dois mil garimpeiros que ainda resistem à determinação do governo para que desocupem a reserva ianomâmi.

O presidente do conselho da União Sindical dos Garimpeiros da Amazônia Legal (Usigal), José Altino Machado, afirma que a dinamitação das pistas não passa de um "espetáculo pirotécnico para chamar a atenção da opinião pública internacional". "Se um garimpeiro quiser, ele recupera uma pista dinamitada em até três horas e, em menos de 30 dias, constrói uma nova", garante. Ontem uma pista de um dos garimpos de cassiterita de Machado, na Serra dos Surucucus, 330 quilômetros a oeste de Boa Vista, foi dinamitada.

Apesar da ação ostensiva dos militares e policiais fede-

rais na região, 66 das 136 pistas construídas no interior das reservas ainda estão operando. Soldados lotados no 4º Pelotão Especial de Fronteira (PEF), em Surucucus, testemunham com frequência o trânsito de aviões de garimpeiros na região. "O garimpo é a única atividade que o governo não controla", afirma Machado.

Para Machado, desativar o garimpo não significa necessariamente proteger as populações indígenas do Amazonas. "Na verdade, o governo só está cedendo às pressões internacionais de países como a Inglaterra, Malásia e Tailândia, que dominam a produção de estanho", diz. Segundo ele, a reserva ianomâmi tem um potencial de US\$ 12 bilhões em estanho que, se explorados, representariam um impacto de 3% na economia.

A destruição dos garimpos na reserva ianomâmi está forçando a migração de garimpeiros para a área indígena Raposa-Serra do Sul (norte de Roraima). Além do ouro, há também diamantes que começam a ser explorados pelos garimpeiros. Mais de mil homens já migraram para a fronteira do Estado com a Guiana ameaçando a sobrevivência dos índios macuxis, wapixanas, taurepangues e ingaicós, que vivem às margens dos rios Maú e Coatingo.